



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salette - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 10390725 - SG-SI-GS-APC-BENS

SEI/TJPR Nº 0156844-96.2023.8.16.6000
SEI/DOC Nº 10390725

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, I)

1.1. Justificativa da necessidade, considerando o interesse público a ser atendido

A utilização de divisórias articuladas em relação a outros sistemas justifica-se por solucionar problemas de espaço, possibilitando salas de multiuso com mobilidade e versatilidade, adequados as necessidades de ocupação com diversos tamanhos de espaços e formas de layout. É possível também manter todas as divisórias recolhidas em espaço próprio com integração total do ambiente.

1.2. Área requisitante.

Gabinete da Presidência.

1.3. Descrição dos requisitos (mínimos e essenciais) da contratação (art. 18, §1º, III)

Conforme Apêndice 1 - Termo de especificações e projetos

1.4. Principais atividades

Elaboração de projeto executivo de divisórias articuladas, conforme especificação, que deverá ser submetido a análise do Tribunal de Justiça. A execução dos serviços só poderá iniciar após sua aprovação.

Após aprovação do projeto executivo, iniciar a confecção, fornecimento, execução e instalação de divisórias articuladas retráteis nos ambientes descritos conforme Apêndice 01, que deverá seguir o projeto arquitetônico encaminhado.

Após montagens, a empresa deverá fazer os testes na presença dos servidores do Tribunal de Justiça.

A empresa deverá ao final da execução do serviço, marcar horário para orientar o Tribunal a forma correta de uso, montagem, desmontagem e guarda dos painéis no depósito.

Faz parte do escopo dessa contratação o fornecimento e instalação das divisórias com portas e septo acústico.

Demais informações constam no apêndice 1 deste ETP.

1.5. Garantia e assistência técnica (art. 18, §1º, inciso VII)

A empresa contratada deverá prestar garantia ao sistema fornecido por um período mínimo de 5 (cinco) anos para todos os componentes do sistema, a contar da data de recebimento definitivo dos produtos.

O chamado técnico deverá ser aberto através da identificação da empresa e número do contrato, sem a necessidade de comprovação por Nota Fiscal ou qualquer outro documento por parte do TJPR. Os meios para abertura dos chamados técnicos, deverão ser informados pela contratada no momento da habilitação para contratação.

Entende-se por chamado técnico a solicitação de atendimento técnico corretivo quando da ocorrência de defeito no sistema.

O atendimento ao chamado deverá ser agendado previamente com o TJPR.

A manutenção deverá ser realizada nas dependências do TJPR. Havendo necessidade de remoção de algum componente do sistema, ou substituição do mesmo, as despesas de transporte, seguros e embalagens, correrão por conta da contratada. No caso de retirada de qualquer componente do sistema, a contratada deverá assinar termo de retirada, se responsabilizando integralmente por ele enquanto o mesmo estiver em suas dependências ou em trânsito sob sua responsabilidade.

O chamado só será considerado encerrado quando a solução for claramente descrita no relatório com assinatura (ciência) do funcionário do TJPR.

O atendimento deve observar os prazos a seguir, contado a partir da data da abertura do chamado pelo TJPR, sendo a contagem suspensa nos dias em que não houver regular expediente, cujo calendário pode ser consultado em <http://www.tjpr.jus.br/calendario>. O descumprimento ao prazo citado sujeitará a contratada às penalidades previstas no edital.

O prazo entre a abertura do chamado com a emissão do protocolo da Ordem de Serviço, incluindo o primeiro atendimento "in-loco" até o término do reparo com a solução definitiva do problema, não poderá ultrapassar 5 (cinco) dias corridos, inclusive quando o mesmo implicar troca de peças ou componentes, considerando a suspensão de contagem prevista no caso de necessidade de homologação de itens substituídos.

Todo e qualquer ônus relativo ao acionamento da garantia e da assistência técnica, bem como o custeio com transporte e eventuais custos relacionados ao conserto, é de inteira e privativa responsabilidade da contratada, devendo esta responsabilizar-se pelo transporte, mão-de-obra, reposição do item, portanto, não recai sob quaisquer incumbências ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

1.6. Endereço de execução dos serviços

Locais:

- Sala de lanches localizada no segundo pavimento do Prédio Anexo ao Palácio de Justiça;
- Pavimento esplanada do Prédio Anexo ao Palácio de Justiça.

Endereço: Rua Prefeito Rosaldo Gomes Mello Leitão, s/n - Centro Cívico, Curitiba - PR, 80530-210

1.7. Prazo de entrega ou execução dos serviços

O prazo para elaboração do projeto, entrega, montagem, instalação dos serviços e aceite pela fiscalização do Tribunal de Justiça é de 75 (sessenta) dias, com início a partir da data estipulada na ordem de execução dos serviços. Assim que os materiais forem entregues sua montagem deve ser imediata, sendo vedada a permanência dos materiais nas dependências da contratante, salvo durante o período de montagem do sistema.

1.8. Amostra

Os revestimentos deverão ser aprovados pelo setor responsável do TJPR através de amostra tamanho 1x1m.

1.9. Qualificação técnica

Visando adequação, uniformidade, conformidade, garantia e qualidade do sistema como um todo, todos os materiais que compõe a estrutura das divisórias deverão ser preferencialmente adquiridos do mesmo fabricante, a menos que de outra forma indicado. Quando características suplementares forem indicadas, serão aceitos somente sistemas que atendam a índices das normas técnicas pertinentes, certificados por agência de inspeção e testes reconhecido pelo órgão responsável pela aprovação. O instalador deverá possuir experiência, ser habilitado pelo fabricante, e ter executado com êxito serviços de complexidade e extensão semelhantes aos exigidos para esta obra, devendo estar munido de ferramentas apropriadas para cada situação e as melhores técnicas indicadas pelo fabricante.

REFERÊNCIAS: NBR – 10636-1 – Divisórias sem função estrutural – Determinação da resistência ao fogo; NBR – 15141– Móveis para Escritório – Divisória Modular Tipo Piso-Teto; NBR – 15761– Móveis de Madeira – Requisitos e métodos de ensaio para laminados decorativos; NBR10152 – Acústica — Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações; NBR10636-1 – Paredes divisórias sem função estrutural - Determinação da resistência ao fogo; NBR11673 – Divisórias leves internas moduladas – Perfis metálicos; NBR11675 – Divisórias leves internas moduladas – Verificação da resistência aos impactos; NBR11678 – Divisórias leves internas moduladas — Verificação do comportamento sob ação de cargas provenientes de peças suspensas; NBR5426 – Planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos; NBR9442 – Materiais de construção – Determinação do índice de propagação superficial de chama pelo método do painel radiante; NBR – 15575 – Edificações habitacionais – Desempenho.

2. SOLUÇÃO

2.1. Levantamento de mercado (art. 18, §1º, V)

As soluções para fechamentos de ambientes de trabalho/escritório utilizadas no mercado diferem, especialmente, pelo tipo de material usado, o qual condiciona à forma de fixação e acessórios.

De forma geral, as soluções utilizadas no mercado são:

Divisória em PVC: O principal atrativo da divisória de PVC é a praticidade. É um material resistente, de alta durabilidade. Sua superfície não absorve poeira, fumaça, fuligem, bolor e micro-organismos, oferecendo a máxima higiene. São indicadas para serem utilizadas como divisórias em áreas hospitalares, veterinárias, banheiros, farmácias, indústrias, depósitos alimentícios e de medicamentos, devido ao material proporcionar boas condições de higiene;

Divisória Naval: São as mais utilizadas em ambientes corporativos por sua facilidade de instalação/remoção e custo. O material não é o mais resistente e a acústica tampouco, consequentemente as manutenções serão mais frequentes. Com o passar do tempo, o material adquire coloração desbotada;

Divisória em vidro: O vidro é um dos materiais mais procurados quando o assunto é divisórias de escritório, por combinar espaços com privacidade e conforto, proporcionando efeito visual de sofisticação para o ambiente. As divisórias em vidro para escritórios são indicadas para espaços que precisam alternar entre privacidade e integração, proporcionando isolamento e discrição. Também é um aliado para a economia de energia elétrica, já que ele permite um maior aproveitamento da luz natural. Com relação ao isolamento acústico, os vidros duplos proporcionam melhor desempenho em comparação aos vidros simples. O sistema é composto por vidros com estrutura de ferro. Apesar de resistentes, movimentações de mobiliário e serviços rotineiros de manutenção podem causar estragos na sua integridade física, necessitando sua substituição;

Divisória em Pannel de Gesso/Drywall: O sistema inclui, além das placas de gesso acartonado, perfis de aço galvanizado, chapas de gesso adequadas para cada po de aplicação (ST, RU ou RF), além de todos acessórios para instalação como fitas, massas e parafusos. É largamente utilizado no segmento da construção civil, principalmente para áreas comerciais, por se adaptar a qualquer estrutura, como aço, concreto ou madeira. Sua utilização se assemelha mais aos fechamento mais "perenes", mas não como os fechamentos em alvenaria. Os sistemas de divisória drywall são precisos nas suas medidas e proporcionam qualidade de acabamento superficial única, perfeitamente lisa, além disso, aceitam qualquer po de acabamento: pintura, textura, azulejos, pastilhas, mármore, granito, papel de parede, lambris de madeira, etc. É possível revesr seu interior com lã de rocha em forma de placa ou manta, o que proporciona desempenho em isolamento acúscico e térmico;

Alvenaria: O objetivo é oferecer resistência, vedar espaços e fornecer proteção acústica e térmica para a edificação. O fácil acesso aos materiais e a ampla disponibilidade de mão de obra são alguns fatores que explicam a preferência pela alvenaria. No que tange a flexibilidade dos ambientes com fechamento em alvenaria, pode-se dizer que é nula, característica de sistema perene. Aceita qualquer tipo de acabamento: pintura, textura, azulejos, pastilhas, mármore, granito, papel de parede, lambris de madeira, etc. O nível de isolamento acústico e térmico depende do tipo de material utilizado;

Divisória em Pannel de MDF/MDP: A sigla MDF ("Medium Density Fiberboard" ou Pannel de Fibra de Densidade Média) representa uma chapa de madeira de fibra de média densidade, onde resinas sintéticas e aditivos se unem em seu processo de fabricação, produzindo finalmente uma chapa de madeira. A chapa de MDP ("Medium Density Parcleboard" ou Pannel de Partícula de Média Densidade) é feita com partículas de madeira prensadas, ao contrário das fibras usadas no MDF. Três camadas formam o MDP: uma mais grossa no miolo e duas finas nas superfícies. Essa composição torna o material mais robusto e bem estruturado, pronto para receber maior carga de peso que o MDF (apesar de ser mais leve).

2.2. Subcontratação

Não será admitida a transferência, a subcontratação ou cessão total ou parcial, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes desta contratação sem a prévia expressa anuência do CONTRATANTE.

2.3. Consórcio de empresas e Cooperativas

Pelo baixo grau de complexidade do objeto não será permitida a participação de empresas em consórcio ou cooperativas.

2.3. Descrição da solução como um todo (art. 18, §1º, VI)

2.3.1. Solução escolhida

Diante das soluções existentes no mercado e utilizadas na Administração Pública, entende-se pela utilização das divisórias em pannel de MDF. Justifica-se esta escolha, uma vez que há grande variedade de padrões de revestimento, além da possibilidade de revestir seu interior com lã de rocha em forma de placa ou manta, o que proporciona desempenho em isolamento acústico e térmico. Tanto o MDF quanto o MDP, conhecidos como madeiras industriais, são alternativas mais acessíveis para acabamentos diferenciados. Empresas que se preocupam com a questão ambiental costumam optar por divisórias em MDP ou MDF, já que são materiais de áreas reflorestadas.

Destaca-se, também, que as divisórias articuladas retráteis presentes no Termo de Especificações 10251337 permitem uma maior versatilidade de espaços, permitindo mudanças frequentes nas dimensões e espaços, proporcionando flexibilidade nos tamanhos das salas que podem ser montadas de forma adequada ao uso proposto em determinado momento.

2.3.2. Especificações

Item	Serviços e materiais	Quant. Esplanada	Und	Quant. Sala Lanct
01	DIVISÓRIAS ARTICULADAS ACÚSTICAS	77,98	m²	150,6
02	PORTAS PARA DIVISÓRIAS	6	und	4
03	SEPTO ACÚSTICO	90	ml	58
04	TRILHO PARA DIVISÓRIA ARTICULADA	134	ml	103,63
05	RETIRADA DE TRILHO PARA DESCARTE	94,45	ml	27,63
06	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE PAINEIS DE DIVISÓRIA PARA AJUSTES COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO PARA ADAPTAÇÃO DOS PAINÉIS EXISTENTES AO NOVO SISTEMA DE TRILHO. EX: PARAFUSOS, ROLDANAS, FERRAGENS	241,85	m²	0

Conforme **APÊNDICE 1 - TERMO DE ESPECIFICAÇÕES E PROJETOS**

2.3.3. Dinâmica de execução (art. 18, III)

Conforme Apêndice 01 - Termo de Especificações.

2.4. Reajuste

Índice de reajuste aplicável: IPCA.

2.5. Pagamento (art. 18, III)

A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, formular pedido de pagamento depois de verificado, aceito e atestado o recebimento definitivo dos itens pelo Usuário Fiscal, indicando modalidade, número de licitação, devidamente instruído com a documentação exigida e em condições de ser processado.

2.6. Estimativa das quantidades a serem contratadas (art. 18, §1º, IV)

Considerando que se trata de uma contratação com finalidade específica, não há Mapa de Consumo.

2.7. Estimativa do valor da contratação

R\$ 653.585,00 (seiscentos e cinquenta e três mil e quinhentos e oitenta e cinco reais) - Sala de Lanches, conforme documento 10375972

R\$ 683.387,00 (seiscentos e oitenta e três mil e trezentos e oitenta e sete reais)- Esplanada, conforme documento 10375983

*Obs.: o valor acima é meramente estimativo, de forma que deverá ser realizada pesquisa de preços com base nas normativas da Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Judiciário nº 269/2022, Decreto Judiciário 466/2023 e Instrução Normativa nº 07/2019 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

2.8. Justificativa para o parcelamento ou não da solução (art. 18, §1º, VIII)

Considerando que os bens formam sistema único e integrado, há a possibilidade de prejuízo ao conjunto se a execução for realizada por empresas distintas.

2.9. Formalização e critérios de seleção do fornecedor (art. 18, VIII)

Os serviços pretendidos podem ser oferecidos por diversos fornecedores no mercado e apresentam características padronizadas e usuais. Assim, pode-se concluir, a princípio, que são de natureza "comum" e, portanto, poderá ser utilizada a modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA.

O modo de disputa será o ABERTO e considerado o PREÇO TOTAL para o respectivo GRUPO, sendo que a diferença entre os lances enviados é de 0,1% do valor unitário do grupo. Ressalte-se que o modo de disputa aberto permite a apresentação de lances até o menor preço possível para as licitantes, sendo do interesse deste Tribunal a obtenção da melhor oferta possível para a prestação do serviço.

A referida análise e elaboração deste instrumento não afasta a apreciação da Supervisão Jurídica de Patrimônio e Logística da Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios.

2.9.1. Formalização

Contrato com vigência de 12 (doze) meses.

2.9.2. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes (art. 18, §1º, XI)

SEI 0008366-25.2018.8.16.6000, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de divisórias articuladas para criação de auditórios na esplanada do Prédio Anexo ao Palácio da Justiça.

2.9.3. Alinhamento entre a contratação e o planejamento (art. 18, §1º, II)

A solicitação está alinhada com o Planejamento Estratégico deste Tribunal de Justiça, vinculada ao Objetivo Estratégico nº 10 - Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas, com implicação no indicador 57 - Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho.

3. CONCLUSÕES

3.1. Benefícios a serem alcançados com a contratação (art. 18, §1º, IX)

Com a realização da contratação, espera-se atender as necessidades do Tribunal de Justiça de fornecimento e execução de divisórias articuladas para a criação de salas multiuso no prédio anexo ao Palácio da Justiça

3.2. Providências a serem adotadas (art. 18, §1º, X)

Tendo em vista que a contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), o expediente deverá ser encaminhado para inclusão da demanda no Plano de Contratações Anual, após a etapa de precificação, para que seja incluído valor próximo ao de fato contratado ao PCA.

3.3. Possíveis Impactos Ambientais (art. 18, §1º, XII)

3.3.1. Entre os possíveis impactos ambientais decorrentes da presente contratação, destacam-se a geração excessiva de resíduos, o descarte incorreto de materiais tóxicos e a emissão de poluentes.

3.3.2. Os geradores de resíduos da construção civil devem ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

3.3.3. Os pequenos geradores devem seguir as diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, elaborado pelos municípios e pelo Distrito Federal, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local.

3.3.4. Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas. Ao contrário, deverão ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos:

- I. Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
- II. Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- III. Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- IV. Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

3.4. Análise de riscos (art. 18, X)

O Mapa de Riscos da contratação, contendo a análise detalhada dos riscos, encontra-se acostado ao processo no doc. 10394207.

4. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (art. 18, §1º, XIII)

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

APÊNDICE 1 - TERMO DE ESPECIFICAÇÕES E PROJETOS

Termo Especificação 02 (10375860);

Projeto Esplanada (10232678);

Projeto (10232683).

(Assinatura Digital)

Fillipe Leopoldo Dantas

Assessoria de Contratações de Bens e Serviços Logísticos
Secretaria de Infraestrutura

(Assinatura Digital)

André Anunciação Budzinski

Assessoria de Contratações de Bens e Serviços Logísticos
Secretaria de Infraestrutura

(Assinatura Digital)

Patrícia Machado Martins

Supervisora de Assessoria de Planejamento de Contratações
Secretaria de Infraestrutura

(Assinatura Digital)

Sônia Mara Floriani Marques

Assessoria Técnica do Gabinete do Secretário da Secretaria de Infraestrutura

(Assinatura Digital)

José Luiz Leite Da Silva Filho

Assessoria Técnica do Gabinete do Secretário da Secretaria de Infraestrutura



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA MARA FLORIANI MARQUES**, Oficial de Gabinete do Presidente, em 13/05/2024, às 19:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA MACHADO MARTINS**, Supervisora de Assessoria de Planejamento de Contratações, em 14/05/2024, às 16:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE ANUNCIAÇÃO BUDZINSKI**, Técnico Judiciário, em 14/05/2024, às 16:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FILLIPE LEOPOLDO DANTAS, Técnico Judiciário**, em 14/05/2024, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **10390725** e o código CRC **91DC82FA**.